



ANÁLISE DOS ITENS PRINCIPAIS DO DOCUMENTO “SITUAÇÃO REMUNERATÓRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS”, constante da série de textos relativos à Transição do Governo Temer – Disponível em http://www.planejamento.gov.br/noticias/transicao-planejamento-entrega-relatorios-estrategicos-sobre-gestao-de-pessoas-e-cenario-fiscal/7_situacao-remuneratoria-servidores-publicos-federais.pdf

DOCUMENTO “SITUAÇÃO REMUNERATÓRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS”	ANÁLISE DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
<p>“A folha de pagamento do pessoal civil ativo do Poder Executivo atingiu, no exercício de 2017, a cifra de R\$105,9 bilhões, por sua vez, as despesas com inativos e pensionistas civis representaram, no mesmo período, o volume de R\$ 66 bilhões. As despesas com pessoal ativo e inativo são as maiores despesas da Administração Pública Federal, ficando atrás apenas das despesas com a Previdência e, entre 2015 a 2017, registraram crescimento de 17%.” (pág 2)</p>	<p>O documento ignora as despesas com juros e amortizações da dívida pública federal, que chegaram a R\$ 1,061 TRILHÃO em 2018, somente até 11 de dezembro. Mesmo se desprezásemos o chamado “refinanciamento” da dívida (ou seja, o valor alegado pelo governo como sendo o principal da dívida pago com recursos obtidos por novos empréstimos), ainda restariam R\$ 618 bilhões gastos com a dívida pública, o que representa mais que o dobro das despesas com pessoal, equivocadamente consideradas pelo governo como “as maiores despesas da Administração Pública Federal”. Além do mais, os R\$ 443 bilhões considerados pelo governo como “refinanciamento” incluem grande parte dos juros pagos, em uma manobra contábil destinada a tentar minimizar o peso do gasto com o endividamento público. Prova disso é que somente foram contabilizados como juros R\$ 277 bilhões, quando seriam esperados cerca de R\$ 500 bilhões, dado que o estoque da dívida interna federal já havia ultrapassado os R\$ 5 TRILHÕES no início de 2018, e a taxa de juros média da dívida, segundo o Tesouro, permanece próxima aos 10% ao ano. Ou seja, centenas de bilhões de juros estão sendo retirados dos juros e contabilizados como “refinanciamento”.</p>
<p>A massa salarial do setor público brasileiro atingiu 13,1% do PIB em 2015, superando Portugal e França, que registravam massas salariais mais altas que o Brasil há uma década. Países como a Austrália e os EUA, possuem massas salariais consideravelmente menores (cerca de</p>	<p>Não se pode comparar o gasto com pessoal em percentual do PIB com outros países de renda muito mais alta, dado que em valores absolutos o gasto com pessoal brasileiro é muito menor. O gasto com pessoal não pode ser considerado como gasto, mas sim, como investimento, em um</p>

<p>9% do PIB), ao passo que o Chile, uma nação latino-americana de renda média, gastou somente 6,4% do PIB. (pág 2)</p>	<p>país com imensas necessidades sociais urgentes, como saúde e educação.</p>
<p>Na pág 4, o documento mostra um gráfico colocando a carreira docente como a de “maior impacto nas despesas de pessoal”. Já na pág 5, afirma que “Observa-se que ao longo dos últimos anos, os patamares remuneratórios sofreram reajustes diferenciados e, em geral, acima da inflação oficial do respectivo período.”</p>	<p>Porém, contraditoriamente, na pág 6, o documento apresenta gráfico mostrando que os docentes tiveram reajuste muito abaixo da inflação.</p>
<p>Nas págs 10 e 11, o documento defende o impedimento aos reajustes dos servidores em 2019 e 2020.</p>	<p>O substitutivo do Relator do PLOA 2019, aprovado na Comissão Mista de Orçamento em 13/12/2018, projeta uma despesa com Pessoal e Encargos Sociais de R\$ 350,4 bilhões para 2019, ou seja, um “aumento” de apenas 6,4% em relação aos R\$ 329,2 bilhões previstos para 2018. Ou seja, considerando a progressão de servidores nas carreiras, tal “aumento” mal cobre a inflação de 2018, de cerca de 4%. Considerando também que algumas carreiras podem obter aumentos maiores (como por exemplo ministros do STF, que tiveram recentemente aumento de 16,38%, como todo o “efeito cascata” decorrente), e considerando também a restrição geral da EC 95/2016, a concessão de reajustes ou reestruturações para muitas carreiras pode ser bastante dificultada. Para o Ministério da Educação, no âmbito do Ensino Superior, o PLOA 2019 prevê para “Ativos Civis da União” o valor de R\$ 22,863 bilhões, um valor praticamente igual ao previsto para 2018, de R\$ 22,826 bilhões. O que é um entrave à obtenção de reajustes ou reestruturações de carreira nos anos seguintes.</p>